



do nosso clima – e outro fenómeno conhecido – o aumento da longevidade e a predilecção de gozar a reforma sem os rigores do inverno polar – apresentado em termos de oportunidade foi raro pela aposta e pela clarividência.

Como todas as apostas esta traz consigo um significativo risco. Com efeito, o preço necessariamente elevado de cuidados de saúde tecnologicamente diferenciados como os que são prestados num hospital de agudos, pressupõe quer uma população financeiramente muito abonada quer mecanismos de protecção social ou seguradores latos e eficazes.

Esta conjugação de factores não está, obviamente garantida no Portugal que conhecemos. Neste, o hábito é uma população endividada, com classes médias que equilibram à conta de prodígios o orçamento do mês e seguros complementares que meramente cobrem alguma falta de qualidade hoteleira do sistema público.

Neste enquadramento uma unidade de excelência poderá prestar serviços a um pequeno nicho mas não conseguirá descolar como uma verdadeira estrutura prestadora, com quadros próprios em dedicação plena, a menos que o panorama nacional se modifique substancialmente.

É preciso que se compreenda que a realidade da saúde é

uma realidade dinâmica de que fazem parte integrante como elementos imprescindíveis a investigação clínica e a formação posgraduada e contínua dos profissionais.

Tais necessidades obrigam a um volume de produção e a uma disponibilidade para suportar investimentos onerosos em termos de eficiência, que não se encontram nas clínicas para franjas possidentes da população.

Assim, o sucesso do novo empreendimento está inexoravelmente ligado ao desenvolvimento futuro do Sistema Público de Saúde, da sua capacidade para se articular com a iniciativa privada e da perda do preconceito político e ideológico subordinando as decisões ao único critério do que for melhor para os Portugueses.

Essencialmente o sucesso desta iniciativa reside muito mais na capacidade de compreender os sinais dos tempos por parte de uma classe política amarrada a ideias feitas e a hábitos, que da tecnologia instalada ou da visão dos seus impulsionadores.

O sucesso depende, ao fim e ao cabo, em perceber a Saúde como um investimento e não como um custo. Se não fora por outro, este já é em si um excelente motivo para desejar à Eng. Isabel Vaz e à Espírito Santo Saúde as maiores felicidades.

INFORMAÇÃO

A atribuição de vinhetas aos médicos que estão a frequentar o Internato

Perante as dúvidas que têm sido levantadas sobre a atribuição de vinhetas aos médicos que estão a frequentar o Internato Médico mas que ainda não têm autonomia para o exercício da Medicina, entendeu a Ordem dos Médicos emitir o seguinte parecer, que já fez chegar ao Ministério da Saúde:

A Ordem dos Médicos mantém a sua posição de que a autonomia para o exercício da Medicina deverá ser concedida após dois anos de formação integrada no Internato Médico, conforme disposto no n.º 2 do art. 2º do Decreto-Lei n.º 203/2004.

No entanto, a ausência de autonomia não deverá condicionar a entrega de vinhetas aos médicos ou a possibilidade de estes prescreverem exames complementares de diagnóstico. Devem ser dadas vinhetas aos médicos que estejam em formação (leia-se internato médico, incluindo os 1º e 2º anos), colocados em serviços com idoneidade formativa e integrados em equipa de trabalho com supervisão do seu orientador ou responsável de formação. Reafirmamos que não é possível aos médicos em formação e sem autonomia exercer medicina sem a presença de tutor.